

DEZ ANOS DE EXTENSÃO CULTURAL

NO

ARQUIVO HISTORICO MUNICIPAL DO PORTO

Por

Manuel Luís Real
Maria Helena Gil Braga

Resumo:

Faz-se um balanço da actividade desenvolvida no sector de extensão cultural (exposições, conferências, colóquios, visitas guiadas, etc), tendo em conta a especificidade do Arquivo e os condicionalismos em que vem decorrendo a sua acção. Depois de analisadas as condições em que se iniciou a sua actividade, dá-se uma panorâmica do trabalho realizado.

Lembra-se a função complementar da actividade editorial e chama-se a atenção para a importância cada vez maior dos Arquivos no campo educativo e no desenvolvimento regional. Daí a necessidade de perspectivar a sua acção futura, dando maior importância as actividades de informação, de divulgação e de publicidade.

1. AS CONDIÇÕES EM QUE SE INICIOU A ACTIVIDADE CULTURAL DO ARQUIVO

A Divisão do Arquivo Histórico foi criada na sequência da reestruturação da Direcção dos Serviços Centrais e Culturais da C.M.P., ocorrida em Janeiro de 1981. O Arquivo Histórico Municipal do Porto - assim chamado por conservar a parte inactiva do fundo camarário - surge em substituição do antigo Gabinete de História da Cidade, serviço com largas tradições e uma função cultural importante, mas de características técnicas pouco precisas. A sua acção centrava-se principalmente na organização de exposições⁽¹⁾ e em iniciativas editoriais de diversa ordem.

Se, quanto às primeiras, não poderá dizer-se que tenha havido uma preocupação de concentrar esforços em temas exclusivamente citadinos, em relação às publicações existiu sempre um claro objectivo de contribuir para o desenvolvimento dos estudos portuenses.⁽²⁾

Era também ao Gabinete de História da Cidade que competia zelar pela conservação dos documentos municipais mais antigos. Todavia, nunca houve na Câmara Municipal do Porto uma política arquivística esclarecida, conservando-se no Gabinete de História apenas uns 2,5% do acervo documental do Município. Muitíssima documentação, entre o séc. XVI e XIX, ainda se encontrava fora da sua alçada e uma boa parte estava, mesmo, sob a responsabilidade das repartições administrativas.

Quanto aos documentos até então incorporados (cerca de 2.666 itens), a sua instalação era cuidadosa. Todavia, pouco se avançara na organização dos fundos arquivísticos e os índices de leitura foram sempre relativamente baixos.

Um outro aspecto a realçar é o da limitada área das instalações então reservadas ao Arquivo, face à monumentalidade arquitectónica envolvente. Aliás, a carga histórica do edifício - nomeadamente a tradição de aí ter nascido o Infante D. Henrique - criaram um certo fascínio pelo imóvel, quase fazendo esquecer que pertencera à Alfândega Velha⁽³⁾ e que, desde 1960, aí passara realmente a ser a sede do Arquivo Histórico Municipal. A atenção prestada à Casa do Infante nas comemorações henriquinas deve considerar-se natural e justificada. Todavia, ela acabou por exercer influência num certo apagamento do Arquivo durante a fase em que aí funcionou o Gabinete de História da Cidade.

Para além da circunstância referida, há que considerar um outro factor que veio a contribuir para uma certa descaracterização do próprio Gabinete, como entidade vocacionada para os problemas de história local. É que, quando se deu o 25 de Abril, o País veio a conhecer um novo e sadio dinamismo cultural repercutindo-se directamente em muitas das instituições existentes e com tradições, de algum modo, elitistas. A Cidade do Porto não dispunha ainda de grandes espaços culturais que pudessem receber exposições e outras actividades de animação. Daí que, no fim da década de 70, se tenha assistido a uma grande pressão do exterior para que a Câmara abrisse a Casa do Infante a uma variedade de iniciativas, que se consideravam compatíveis com a qualidade e o prestígio das instalações. A abertura concedida fora

compreensível, a nosso ver, dado que então não existiam as alternativas que hoje se colocam. Atendendo a que se tratava de uma conjuntura nova, houve, da parte dos órgãos de decisão, algumas hesitações sobre os critérios a seguir, o que, a prazo, poderia vir a ter causado graves riscos à instituição aí sediada.⁽⁴⁾

Era esta a situação em 1981, quando foi criado o Arquivo Histórico. A reestruturação dos serviços assinalou, de certo modo, uma viragem nas preocupações da Câmara em matéria de arquivos.⁽⁵⁾ O seu desenvolvimento ainda haveria que aguardar um necessário período de avaliação e aprendizagem.⁽⁶⁾ Todavia, foram desde logo definidos alguns princípios orientadores, devido ao entendimento do arquivo camarário como um polo de desenvolvimento, a nível local, na área das ciências documentais e na promoção dos temas citadinos. A percepção de que o perfil do utilizador tem tendência para ultrapassar, de longe, as camadas eruditas da investigação "fundamental" fez com que se entendesse também que o serviço se deveria transformar em verdadeiro Centro de Documentação de História Local.⁽⁷⁾ Evitando qualquer conotação com a ideia de um Centro de Estudos - que, de algum modo, existia no conceito de Gabinete de História da Cidade - o serviço deixava assim a tarefa de investigação ao cuidado dos especialistas e das instituições para isso vocacionadas, limitando-se tão só à sua condição de centro de apoio à comunidade. Daí que se tenha dado um especial relevo às questões técnicas e que, ao mesmo tempo, se enveredasse por uma cada vez maior abertura aos aspectos da extensão cultural e editorial.

2. BALANÇO DAS ACTIVIDADES DE EXTENSÃO CULTURAL E EDITORIAL

Decorridos dez anos sobre a institucionalização do Arquivo é altura de fazer um balanço das actividades aqui desenvolvidas. As questões técnicas serão tratadas noutro lugar. A análise da actividade cultural, é certo, não se esgota nos outros dois temas enunciados. As condições de acessibilidade e o tipo de utilização da sala de leitura são factores essenciais para uma avaliação da eficácia cultural do serviço. Não menos importante é, também, o papel desempenhado no plano da formação, seja esta entendida em sentido lato, seja no âmbito estritamente técnico. Todavia, o sector que nos merecerá uma atenção mais cuidada é aquele que se relaciona com as actividades de animação. Pela sua importância, em si, mas sobretudo porque - como acaba de ser dito - o Arquivo arrancou de uma posição difícil, a exigir progressivas correcções. Sem afectar a Comunidade e sem pôr em causa as directivas do poder Executivo, foi possível exercer uma verdadeira acção pedagógica e uma certa persuasão de modo a compatibilizar a vocação do serviço com o interesse da Cidade. O processo tem sido lento, pois houve necessidade de ceder a certas pressões vindas do exterior. Não estava apenas em causa a preocupação de manter uma saudável convivência com as instituições que procuravam o apoio da Casa do Infante, mas também a convicção de que, em 1981, poucas alternativas se colocavam na Cidade para acções

como aquelas que eram solicitadas. Basta recordar que, só alguns anos mais tarde, viriam a surgir o Mercado Ferreira Borges, a Casa dos Freire de Andrade (na rua de D. Hugo), a Casa Tait, a Casa de Serralves, a Casa das Artes, o Centro Regional de Artes Tradicionais e algumas das Galerias de Arte de maior renome⁽⁸⁾.

A respeito das tendências que vigoravam no dobrar da década de setenta é de notar que, no ano da criação do Arquivo Histórico (e quase todas decididas antes da tomada de posse do Chefe de Divisão), foram aceites seis exposições que nada tinham a ver com os objectivos específicos da instituição⁽⁹⁾. Ainda em 1981, decorridos cerca de cinco meses sobre a nomeação da actual chefia, o Arquivo Histórico organizava, pelos seus próprios meios, a mostra comemorativa "A Universidade do Porto e as suas origens". Inaugurada a 20 de Novembro, esta exposição destinou-se a assinalar o 70º aniversário da fundação da Universidade estatal, na Cidade do Porto, e com ela iniciava realmente o Arquivo a sua actividade na área de extensão cultural.

A partir de então seguiu-se uma longa lista de acções com interesse variável e de características bastante diversificadas (cfr. Quadros I e II). Utilizando o quadro estatístico dos acontecimentos ocorridos durante o último decénio, logo se verifica que as exposições acabaram por ocupar um lugar de relevo no conjunto das actividades do Arquivo. Nestes dez anos, o Serviço esteve ligado a 84 exposições, o que equivale a uma média superior a oito apresentações anuais.

No extremo oposto, nota-se a fraca expressão do audiovisual, em parte motivada por limitações de natureza técnica. Algumas exposições, é certo, foram acompanhadas de demonstrações em diaporamas ou videos, mas, nestes casos, a sua função era bastante secundária e por isso não são aqui contabilizadas. Os números apresentados referem-se apenas a sessões autónomas, com recurso ao audiovisual, como foi o caso do filme "O Pintor e a Cidade", realizado por Manoel de Oliveira.

Quanto às conferências e colóquios, o seu número poderia ter sido mais elevado. Sobretudo no que respeita às primeiras, seriam talvez as iniciativas mais fáceis de promover e aquelas que menos encargos trariam à instituição. Porém, constata-se que o público adere regra geral com dificuldade. São enviados mais de 500 convites e quando aparece uma trintena de pessoas já se poderá considerar um êxito. Houve casos excepcionais, mas isso deve-se a situações em que se criou um "quadro" específico de mobilização das pessoas. Pensamos, hoje, que a estratégia terá de ser necessariamente alterada, abandonando-se o princípio da adopção da lista "oficial" de convites, a qual em grande parte é organizada de acordo com critérios de natureza protocolar ou relacionamento social. Para além da triagem necessária, que acautele os convites às entidades protocolares indispensáveis e às pessoas que assiduamente frequentam a instituição, o mais eficaz será criar listas-tipo, de acordo com "grupos" de interesse ou "ambientes" específicos (escolares, universitários, associativos, etc), que favoreçam potenciais adesões.

Entre as sessões realizadas deveremos destacar, pela sua total identidade com os objectivos da instituição, a

conferência do Dr. Pedro Lopez Gomes, actual director do Archivo del Reino de Galicia, sobre "O Arquivo e a função do Arquivista" (1986). Uma outra sessão que destacaremos, pela íntima ligação com a cidade, foi a da apresentação pública do livro do Arq^{to}. José Gomes Fernandes - actual Vereador da C.M.P. - sobre o "Centro Histórico do Porto" (1983).

Acerca de colóquios e outras iniciativas similares, merece destaque o apoio dado á organização do I Congresso Nacional de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas, cujo secretariado funcionou na Casa do Infante. Aqui se realizou uma parte das sessões e, também, a exposição bibliográfica sobre livros técnicos.

Uma situação diferente é a que se refere aos espectáculos, cuja aderência do público foi regra geral apreciável. A Casa do Infante não possui infra-estruturas próprias para este tipo de iniciativas, tendo até sido manifestadas algumas reservas por parte da Direcção Geral dos Espectáculos. No entanto, sobretudo no início, houve bastantes pressões do exterior para que nas instalações do Arquivo se exhibissem concertos, representações teatrais, sessões de poesia, etc. Este tipo de actividades tem público garantido, pois é um dos casos em que, precisamente, existem "quadros" específicos de mobilização, com um tipo de público especial e sempre atento ao que acontece nessas áreas. O Arquivo foi sensível a estas situações, sobretudo no período em que, na Cidade, havia poucos locais alternativos⁽¹⁰⁾. Pensamos que, como instituição cultural, não se pode fechar a este género de espectáculos, mas, cada vez mais, deverá orientar a sua política para uma progressiva articulação entre os objectivos próprios da sua actividade de animação e os interesses da comunidade. Foi, por exemplo, com imensa satisfação que a Casa do Infante acolheu o pedido de apresentação pública do Rancho Folclórico do Porto (em 24 de Junho de 1984). Trata-se de um grupo que, de modo sério, tem procurado reabilitar as tradições populares da Cidade (cantares, danças, pregões, vestuário tradicional, etc) e que, nesse sentido, vem efectuando uma pesquisa sistemática, inclusivê com o recurso às fontes do Arquivo Histórico.

Finalmente, há a referir as sessões protocolares - não por se tratar de verdadeiras actividades de extensão cultural - mas porque o Arquivo a elas é chamado, devido ao seu perfil institucional e ao carácter das suas instalações. Este é um aspecto em que o Arquivo Histórico reconhece ser seu inteiro dever cooperar, tanto mais que as solicitações partem do Executivo Municipal e algumas se ligam, inclusivamente, a interesses do Estado. Foi o caso, por exemplo, da recepção à Rainha Isabel II de Inglaterra. Neste aspecto, a única preocupação do Serviço é demonstrar, perante as autoridades municipais, que tais situações devem ter um carácter excepcional, sob pena de se correr o risco de vulgarizar o uso da Casa do Infante para fins alheios aos da Instituição⁽¹¹⁾.

Após uma apreciação global dos diversos tipos de actividades dirigidas ao exterior, valerá a pena efectuar uma análise mais detalhada das exposições promovidas ou apoiadas pelo Arquivo, já que constituem um dos pontos mais importantes do trabalho produzido ao longo da década que findou.

Referimos atrás o índice de frequência das mesmas, não sendo necessário descer a detalhes mais pormenorizados sobre os

ritmos de ocupação da área de exposições. Apenas acrescentaremos que algumas das quebras, como a de 1984 (e, ainda, certas opções sobre o tipo de produção a calendarizar), resultaram da necessidade de fazer repousar o pessoal, que conheceu certos períodos de grande agitação. Por outro lado, foram-se progressivamente criando condições para equilibrar as iniciativas próprias com as solicitações do exterior e, acima de tudo, compatibilizar a actividade de extensão cultural com as funções técnicas do Arquivo Histórico ⁽¹²⁾. Como resultado desta política passaram a conhecer a Casa do Infante muitíssimos milhares pessoas. Houve exposições que registaram a passagem de mais de dez mil visitantes.

Será interessante observar, agora, quais os temas predominantes nas exposições (cfr. Quadro III). Por uma questão de ordem prática, usou-se a designação de temas "técnicos" para as iniciativas relacionadas com assuntos de arquivística e documentação e, também, para exposições sobre temas históricos em geral, encaradas estas como uma extrapolação das funções do Arquivo, de promover a investigação e o interesse pelo conhecimento do passado. Naturalmente, os temas "portuenses" foram aqueles que mais atenção mereceram por parte do Arquivo Histórico: ao todo, quarenta e sete exposições (à média de quase cinco por ano). Quanto aos temas considerados "aleatórios", dizem respeito a iniciativas de terceiros, aceites pela municipalidade, mas que nada tiveram em comum com a vocação do serviço. Algumas destas exposições revestiram-se de aspectos interessantes, tendo a sua organização (ou patrocínio) estado ligada aos institutos de língua estrangeira, associações culturais da região, acordos com a Cidades geminadas, etc. Parte destas iniciativas serviram para divulgar outras culturas e outras gentes e, também, o espólio de algumas instituições citadinas, como em "Brinquedos antigos do Museu de Etnografia e História do Porto". Apesar do grande merecimento e do sucesso de algumas destas mostras, somos obrigados a reconhecer que elas se encontram deslocadas face à actividade corrente do Arquivo. Não poderão mesmo, em rigor, definir-se como iniciativas de extensão cultural. No entanto, tal como deixamos dito, foi um processo inevitável e do qual o Arquivo nada tem de se arrependar. Foram estabelecidos contactos importantes para o futuro da instituição, criaram-se hábitos de visita da Casa do Infante e, sobretudo, originou-se toda uma dinâmica que foi motor de desenvolvimento e serviu de justificação para a conquista de melhores condições materiais para a própria actividade do Arquivo.

Não obstante isto, procurou-se introduzir uma paulatina correcção na temática das exposições. Tal foi conseguido sem causar melindres ou incompreensões no exterior, passando entretanto o Serviço a desenvolver progressivamente a sua acção, tanto no domínio técnico como cultural. E das seis exposições, em 1981, com temas programáticos considerados aleatórios (de um total de sete), chegou-se a 1990 com nove exposições de temas portuenses (cumprindo a 100% os objectivos programáticos estabelecidos).

Desde muito cedo, por iniciativa própria ou em colaboração, o Arquivo passou a organizar grandes exposições dedicadas a temas citadinos. Algumas das mais importantes resultaram de profícua cooperação com os serviços municipais de Bibliotecas e

de Museus, como foi o caso de "O Cerco do Porto", "O Porto e a Europa do Renascimento", "Tesouros da Cidade" ou "A Rota do Cabo". Esta última exposição, apesar de dirigida à comemoração do centenário de Bartolomeu Dias, veio a dar grande relevo ao contributo da cidade do Porto na época dos Descobrimentos e, nomeadamente, na colonização das ilhas e da costa africana. O Arquivo Histórico organizou, ele próprio, outras grandes exposições documentais. Merece destaque a respeitante à "Alfândega do Porto e o despacho aduaneiro", a qual constituiu um ponto de viragem no entendimento histórico e arquitectónico da Casa do Infante. Foram também acolhidas importantes iniciativas da C.M.P., como o Plano Geral de Urbanização, o projecto para o Parque da Cidade ou, mesmo, os projectos do concurso para o novo Pavilhão de Carreiros. Da Câmara Municipal de Lisboa veio, por exemplo, a exposição sobre a "Vida e obra de Rodrigues Sampaio", um ilustre político e jornalista portuense do séc. XIX.

O apoio à actividade artística foi também uma das preocupações do Arquivo Histórico, sobretudo quando das exposições resultava igualmente um contributo para o levantamento da iconografia citadina ou o enriquecimento documental da própria instituição⁽¹³⁾. No primeiro caso estiveram várias mostras sobre a obra de pintores portuenses, dos quais é lícito destacar as notáveis retrospectivas do aquarelista António Cruz ("O Pintor e a Cidade" e "O Porto e outros lugares"). As exposições fotográficas permitiram por sua vez enriquecer as colecções do Centro de Documentação, pois, o apoio dado aos artistas traduziu-se, regra geral, na aquisição do espólio das exposições. Estão neste caso importantes conjuntos fotográficos do Grupo IF ("O Porto visto de perto" e reposição de "Porto. Esquinas do tempo"), de Fernando Aroso ("Clarabóias e Lanternins" e "Arte e silêncio"), de Teófilo Rego ("Porto. Memória Fotográfica"), de Jorge Melo ("Porto. O reencontro dos lugares") e de Alberto Jorge Santos ("Paisagem Urbana" e, mais recentemente, "Hotéis tradicionais do Porto").

A arquitectura e o urbanismo foram igualmente matérias bem presentes na programação da Casa do Infante, sendo de destacar as mostras "Porto Antigo. Projectos para a Cidade" ou "J. Marques da Silva - Arquitecto. 1869-1947".

No respeitante aos temas técnicos e de história geral ou regional, podem referir-se interessantes temas como o da "Ourivesaria do Norte de Portugal" que, além de valiosíssimas peças artísticas, permitiu expor maquinaria tradicional, projectos antigos, documentação camarária e da confraria dos ourives de prata, etc. Houve temas históricos de carácter mais especializado, como por exemplo, nas exposições sobre o "Centenário da Batalha de Aljubarrota" ou "A resistência alemã. 1933-1945". Quanto ao "Bilhete Postal Ilustrado" foi uma mostra de grande mérito do ponto de vista documental. E o mesmo se poderá dizer, no mais estrito âmbito profissional, das exposições que acompanharam o I Congresso da BAD e a apresentação pública do Arquivo Histórico da Direcção do Porto da Polícia Judiciária.

Em muitas destas iniciativas teve o Arquivo Histórico o privilégio de contactar com importantes entidades culturais da cidade, como o Museu Nacional de Soares dos Reis, o Museu Militar do Porto, o Museu de Etnografia e História os

Institutos Alemão, Francês e Italiano, a Associação de Jornalistas e Homens de Letras do Porto, a Cooperativa Arvore, a Associação Comercial, a Associação Britânica, a editorial "O Oiro do Dia", etc.

Embora a maioria das exposições tenha tido lugar na Casa do Infante (cfr. Quadro IV), a partir de dado momento foi possível ao Arquivo sair fora de portas, seja levando exposições a outros locais, seja cooperando com entidades alheias à Câmara. Em primeiro lugar, devem citar-se as exposições levadas ao interior dos Serviços camarários ou de apoio às suas próprias iniciativas. Foi o caso da grandiosa exposição "E viva a limpeza!..." ou da comemoração dos "150 anos do Cemitério do Prado Repouso". Uma e outra estiveram, além disso, relacionadas com incorporações de notável documentação histórica ainda à guarda dos respectivos serviços administrativos e que permanecia desconhecida (14). Por decisão camarária foi também organizada uma importante exposição no edifício da Associação Comercial (no Pátio das Nações) sobre "Os Ingleses e o Porto" (15). Do mesmo modo, a propósito das comemorações do centenário do Jardim do Passeio Alegre, os serviços conceberam uma mostra monográfica que ficou exposta no Castelo da Foz. O êxito obtido levou a que, durante as festas sanjoaninas, uma parte dela fosse apresentada no próprio jardim, onde pôde ser visitada por muitos milhares de pessoas.

A colaboração com outras entidades conheceu um bom exemplo na exposição sobre a história da Casa de Serralves: "O retrato de uma época". Ultimamente e sem prejuízo da normal actividade do arquivo tem se vindo a aumentar, de facto, a capacidade de cooperação com o exterior. Para isso muito contribuiu a formação de exposições fotográficas ou de gravuras, que se encontram em "stand by" para qualquer empréstimo solicitado, desde que as entidades requerentes tenham as condições julgadas indispensáveis para as receber. Para além do apoio de grupos locais, algumas destas exposições têm já servido para intercâmbios com cidades geminadas, como Vigo, Bordéus ou Liège. Mais recentemente, tem sido mesmo possível abrir novos modos de cooperação com as escolas, sendo de salientar já em 1991 a organização, juntamente com um grupo de professores da Escola Secundária de Alexandre Herculano, da exposição comemorativa do 1º centenário da Revolta republicana do 31 de Janeiro. Inaugurada no referido estabelecimento de ensino, no início das comemorações promovidas pelo Pelouro de Animação da Cidade, ela seguiu depois para outras escolas, onde circula há já um ano. Uma nova e recentíssima experiência foi a da cooperação com um município estrangeiro, neste caso a Comune de San Giovanni Valdarno, terra natal do arquitecto setecentista Nicolau Nasoni, que se veio a radicar no Porto, aqui vivendo entre 1725 e 1773. A exposição é bilingue e, depois de inaugurada em Itália, regressou ao Porto onde foi primeiro exibida no antigo edifício da Cadeia da Relação, seguindo agora para as escolas.

Esta breve incursão em período ligeiramente posterior aquele que estamos a tratar serve para ilustrar algumas das directivas actualmente seguidas. Nestes casos, há a tendência para organizar exposições documentais (apenas com textos, fotografias ou fotocópias) que facilitam a sua apresentação no exterior. Já o mesmo se passara com "A Foz do Douro e o seu

Passeio Alegre". Não serão exposições menos trabalhosas que as anteriores, mas são completamente seguras, dado que não há material de risco, ou pelo menos, que não possa ser substituído.

Quanto às exposições com originais, pode dizer-se que representam a maioria (cfr. Quadro V). Foram logo seguidas pelas exposições fotográficas, as quais constituem um bom ponto de equilíbrio em matéria de investimento humano e financeiro. Isto para além da citada vantagem de, na maioria dos casos, virem a enriquecer as colecções do Arquivo. Foram raras as exposições exclusiva ou predominantemente bibliográficas. Citar-se-ão, no entanto, os casos do Congresso da BAD e da mostra sobre "Arqueologia Portuense", ambas com catálogos publicados.

A este último respeito não poderíamos finalizar o balanço sobre a actividade cultural do Arquivo Histórico, sem referir de passagem as iniciativas editoriais (cfr. Quadros VI a VIII). É uma questão à parte e por isso não a desenvolveremos aqui. No entanto, confrontando o quadro estatístico logo se verifica o grande predomínio dos Catálogos e Roteiros das exposições. Alguns destes catálogos são muito ilustrados e, para além da descrição das peças, incluem antologias propositadamente concebidas para apoio didático aos professores. Trata-se de um bom exercício para o arquivista, pois, além de o incentivar a conhecer melhor os fundos, disciplina a sua capacidade de selecção e dá-lhe experiência nos planos organizativo e descritivo.

Os mesmos quadros demonstram, em contrapartida, que tem havido menor disponibilidade para edições de grande divulgação (que, aliás, são as mais baratas e as mais fáceis de concretizar). O balanço nesta matéria é, à primeira vista, de notória insuficiência. A actividade dispersa dos últimos anos fez descurar um pouco este aspecto. A simples constatação do facto torna evidente a utilidade da análise que vimos fazendo. Conhecidas as tendências verificadas ao longo do decénio, é agora o momento de conhecer com mais detalhe as orientações seguidas pelo serviço.

3. ORIENTAÇÕES SEGUIDAS PELO SERVIÇO DE EXTENSÃO CULTURAL

Os arquivos municipais, como é sobejamente conhecido, são instituições privilegiadas para fazer "despertar" a comunidade sobre a importância do meio e da história local, assim como a respeito dos conhecimentos históricos em geral.

Pretende-se compreender o presente, através de uma maior sensibilização perante o conhecimento do passado. Este é o fim último, tão almejado, da arquivística moderna. Tais objectivos são atingidos através de diferentes práticas, em vários domínios, para além da actividade normal de resposta às solicitações dos utilizadores. Referimo-nos nomeadamente aos campos educativo e do desenvolvimento regional.

No que diz respeito à actividade educativa é necessário promover o contacto com as fontes primárias, para ilustrar e

vivificar o ensino histórico. Será primordial para a sobrevivência do arquivo, enquanto instituição dinâmica, que as camadas jovens o considerem como tal. Há necessidade de "despertar", nessas camadas, o gosto pelo que o arquivo pode oferecer. Nesse sentido, devem fomentar-se actividades de apoio aos estabelecimentos de ensino, tais como visitas de estudo, exposições itinerantes, edições de divulgação, etc. Na medida do possível, também deverá privilegiar-se o contacto com a população juvenil da área de implantação do arquivo.

No caso particular do A.H.M.P. o serviço de extensão cultural, embora limitado por vários factores, tem desenvolvido iniciativas de modo a dar resposta a esses requisitos.

No plano das visitas de estudo, estas são orientadas segundo várias condicionantes: a circunstância de o A.H.M.P. estar situado na "Casa do Infante", leva a abordar também a temática dos Descobrimentos e a acção do príncipe Navegador - que a tradição diz ter nascido naquele local - e, finalmente, as diversas ocupações que o edifício teve ao longo dos tempos (Almazem Real, Casa da Moeda, Empresa Comercial e Arquivo Camarário).

Estes factos levaram a que recentemente se procedesse a escavações arqueológicas (patrocinadas pela Comissão Nacional dos Descobrimentos Portugueses e pela Fundação Calouste Gulbenkian), as quais vieram modificar o programa das visitas de estudo. Houve um alargamento do "circuito" tradicional, incluindo-se uma exposição permanente (sempre em actualização) sobre os vestígios arqueológicos. Como complemento são distribuídos aos professores textos fotocopiados, sobre o A.H.M.P. / Casa do Infante, de modo a que as visitas sejam documentadas. A partir destas, o serviço de extensão cultural sugere temas para trabalhos, tendo em vista a sua futura articulação com o centro de documentação de história local.

Ainda em relação a esta área, o A.H.M.P. tem dado apoio a diversas semanas culturais que decorrem em escolas preparatórias e secundárias da cidade. É de referir, em particular, a colaboração activa que se efectuou no âmbito do protocolo assinado entre a Câmara Municipal e a Direcção Geral do Ensino Básico. Finalmente, tem havido colaborações várias com a Faculdade de Letras (disciplina de História da Cidade do Porto), Faculdade de Arquitectura do Porto e Universidades privadas.

Outra actividade de grande importância é a das exposições, que, como diz Antonia Heredia, "al romper com el aislamiento proverbial de los archivos, representan la comunicación de los documentos a la sociedad, de forma no individualizada ... y son el servicio más expresivo de aquellos en un plano docente y cultural" (16).

As exposições organizadas pelo A.H.M.P., para além de privilegiarem os temas locais, são divulgadas através da promoção de visitas guiadas, tendo em vista aumentar a sua acção pedagógica. Aconteceu isso, por exemplo, em "Os Tesouros da Cidade" ou em "A Alfândega do Porto e o despacho aduaneiro". Segundo Jean Babelon, "les expositions qui ont été étudiées plus haut constituent aussi d'excellents moyens, surtout si elles s'accompagnent de visites commentées" (17).

As iniciativas acima referidas estão intimamente ligadas com outro objectivo que é o do desenvolvimento regional. O

Arquivo, através da sua acção cultural, não deixará de contribuir para a formação do Homem, permitindo que este compreenda melhor a sua região e fazendo germinar nele o sentimento de que pertence a uma comunidade viva. No caso do Porto, este sentimento reforça-se pelas características regionais da documentação camarária, contribuindo assim para desenvolver as potencialidades de uma visão coerente da sua área metropolitana.

Como função complementar é de referir a actividade editorial do A.H.M.P..

Cumprindo uma prestigiante herança do antigo Gabinete de História da Cidade, a instituição é responsável pela edição do "Boletim Cultural" da Câmara Municipal do Porto. A 1ª. série surgiu em 1938 e manteve-se até 1980, dando origem a 35 volumes, subdivididos em fascículos. No ano de 1983 renovou-se esta publicação, tendo sido iniciada a segunda série. O objectivo principal é o da difusão de estudos de história portuense ou de actividades relacionadas com a vida da cidade.⁽¹⁸⁾

Também já com larga tradição é a série "Documentos e Memórias para a História do Porto", cujos 47 números editados (alguns com dois volumes) se referem a estudos monográficos e à publicação de documentos de história local.

Nos anos de 1982-83 iniciou-se a publicação de duas novas colecções, uma intitulada "Instrumentos de Pesquisa para a História do Porto", que se reporta a trabalhos técnicos elaborados pelo serviço, e outra com o título "Porto. Projectar a Cidade", destinada à divulgação de plantas cartográficas, estudos urbanísticos, projectos arquitectónicos e de mobiliário urbano, etc.

Para além destas publicações seriadas⁽¹⁹⁾, ocupa um lugar de relevo a edição de Roteiros e Catálogos das exposições organizadas pelo A.H.M.P., por iniciativa própria ou em colaboração com outras entidades. Excepcionalmente, têm também sido editadas algumas obras monográficas, independentes de qualquer colecção, devido à sua singular importância ou ao facto de estarem relacionadas com iniciativas de maior destaque por parte da Câmara Municipal do Porto. É exemplo disso a obra galardoada com o Prémio João de Almada.⁽²⁰⁾

Em face do que atrás ficou exposto, podemos considerar que esta acção tem sido orientada numa vertente predominantemente erudita. Houve, no entanto, algumas excepções como foram os casos de : postais ilustrados, diapositivos, folhetos para acompanhamento de algumas exposições, um desdobrável sobre os Serviços Culturais da C.M.P., outro sobre a "Toponímia Portuense e o 31 de Janeiro" e, finalmente, textos policopiados sobre o Arquivo Histórico e Casa do Infante. Consolidadas as estruturas dos serviços de Documentação e de Extensão Cultural, ou seja, garantida a capacidade de resposta do Arquivo aos desafios vindos do exterior, é altura de avançar decididamente na via da divulgação em massa e de um sempre maior diálogo com a Comunidade.

4. LINHAS DE ACÇÃO FUTURA

Tendo consciência da crescente importância destas actividades na sociedade dos nossos dias, perspectivaremos algumas linhas de acção futura.

Os diversos tipos de intervenção devem ser redefinidos, tendo em vista o alargamento da divulgação das iniciativas culturais do A.H.M.P.

Pensa-se ainda que, com a ampliação das instalações do Arquivo Histórico (cujo projecto está em curso), serão criadas condições novas para que se leve avante este programa de informação e de divulgação: redimensionamento do serviço de extensão cultural; espaço exclusivo para as actividades educativas; aumento do número de pessoal; melhor equipamento.

Entre as acções preconizadas enunciaremos as seguintes:

1 - Criação de um Serviço Educativo com:

- a) - Oficina de animação relacionada com as ciências auxiliares da história e temas portuenses.
- b) - Criação de uma área para uma pequena exposição permanente sobre os fundos do arquivo (tendo sempre em atenção as condições de conservação e de segurança).
- c) - Produção de exposições itinerantes dirigidas às escolas e a associações de jovens.
- d) - Aumento de visitas guiadas às exposições e a locais históricos que estão a ser objecto de actividade de animação.
- e) - Elaboração de dossiers com textos para distribuição aos professores.
- f) - Preparação de diaporamas sobre o Arquivo, Casa do Infante, e outros temas de relevo no âmbito da história da Cidade.
- g) - Organização de concursos sobre trabalhos relacionados com temas em foco nas exposições.
- h) - Apresentação de pequenos espectáculos relacionados com a história da cidade (acontecimentos históricos, personagens ilustres, etc).
- i) - Contribuição para uma base de dados sobre temas locais, explorada na vertente pedagógica.
- j) - Cooperação com outros serviços educativos, nomeadamente Museus e Bibliotecas.

2 - Organização de exposições seguindo a orientação anteriormente praticada (abordar temas concretos sobre o passado e a tradição da cidade). Poderá abrir-se excepção para iniciativas relacionadas com os Descobrimientos Portugueses, atendendo a que esta Casa está ligada à figura do Infante D. Henrique.

3 - Criação de um programa intitulado "Encontro do Arquivo com a Cidade" (organização de pequenas exposições em jardins, praças, coretos e outros locais frequentados pela população).

4 - Organização de conferências e colóquios dirigidos a grupos específicos.

5 - Promoção de cursos sobre temas ligados à Arquivística e ciências afins (Paleografia, Diplomática, Codicologia, Sigilografia).

6 - Actividade editorial. A par da linha de acção desenvolvida anteriormente, pensa-se criar uma nova vertente de divulgação (livros, folhetos, reproduções de documentos e de objectos originais, maquetes, etc.), constituindo um pequeno posto de venda.

Para atingir os objectivos pretendidos torna-se indispensável que tudo isto seja devidamente publicitado, ou seja que exista uma eficaz extensão da actividade informativa, utilizando os meios de comunicação ao nosso dispor, nomeadamente:

- Televisão, Rádio e Imprensa Local.
- Expositores municipais (MUPIS) e bandas de pano na via pública.
- Cartazes em locais de grande afluência (livrarias, museus, teatros, associações culturais, estações de caminho de ferro, aeroportos, transportes públicos, galerias de arte, postos de turismo, faculdades, escolas), etc.

A concluir, julgamos importante que seja sublinhado o esforço que estas actividades representam. Todavia, é indispensável também pensar o serviço como um todo, evitando meras posições tecnicistas. Estas, apesar de bem intencionadas, poderão ser limitativas de um desenvolvimento equilibrado entre o papel organizativo e - porque assim também o é, em larga medida - a missão social do Arquivista. Entretanto, torna-se indispensável pugnar pela criação de adequadas condições de trabalho, onde a actividade de extensão cultural tenha o seu lugar próprio, sem prejuízo das funções mais imediatas da conservação e descrição dos documentos.

Notas :

- (1) Sobre a actividade do G.H.C. veja-se, por exemplo, o opúsculo Gabinete de História da Cidade. Sessão Comemorativa do quadragésimo aniversário da sua fundação. 1936-1976. Porto, 1976.
- (2) Para além do Boletim Cultural, são de realçar as colecções "Documentos e Memórias para a História do Porto" e "Corpus Codicum Latinorum et Portucalensium..."
- (3) A traça do século XVII saíu largamente falseada com as obras de restauro. Uma boa parte dos vestígios medievais foram também destruídos ou menosprezados, dificultando a leitura do primeiro edifício. Além disso, as transformações do século XIX foram completamente eliminadas. Esta falta de respeito pela diacronia histórica do Monumento não se deve tanto à qualidade do Arquitecto - que é inquestionável - mas sim aos conceitos de restauro que vigoravam na sua época. Graças a esta infeliz circunstância, a visão que hoje temos do edifício atraiçoa completamente a sua essência, desde a organização dos espaços, aos acessos e ligações internas, alçados, paramentos de muro, etc.
- (4) A título de exemplo, citam-se as esporádicas decisões de utilizar as dependências da Casa do Infante como cenário para banquetes oficiais e, até, como câmara ardente. Na sequência desta indefinição, chegaram mais tarde a haver pedidos para almoços comemorativos de empresas, passagens de modelos, apresentações de produtos, actividades partidárias, e, inclusive, para instalação da garrafeira de uma confraria de vinhos!... Não foi fácil criar uma barreira "civilizada" a esta avidez pelas instalações da Alfândega Velha que, a ter-se concretizado, levaria à banalização da Casa e à irremediável descaracterização do Arquivo.
- (5) Reforçada em 1983 com a integração do Arquivo Geral na mesma Divisão de Serviços e, posteriormente, com uma decidida aposta no desenvolvimento de infraestruturas e na ampliação do quadro do pessoal.
- (6) É de todos conhecida a grande letargia e isolamento que, em matéria arquivística, o País vivia nos princípios da década de oitenta. A ausência de normas de tratamento documental limitavam muito a acção do Arquivo, nos primeiros tempos. Por outro lado, a aludida "reestruturação" dos serviços apenas se limitou a criar um novo lugar de chefia, pois o restante quadro do pessoal ficou pelas cinco unidades já existentes.
- (7) Veja-se Manuel Luis Real, Maria Adelaide Meireles e Fernanda Ribeiro - Arquivística e Documentação de História Local. Porto, 1986.

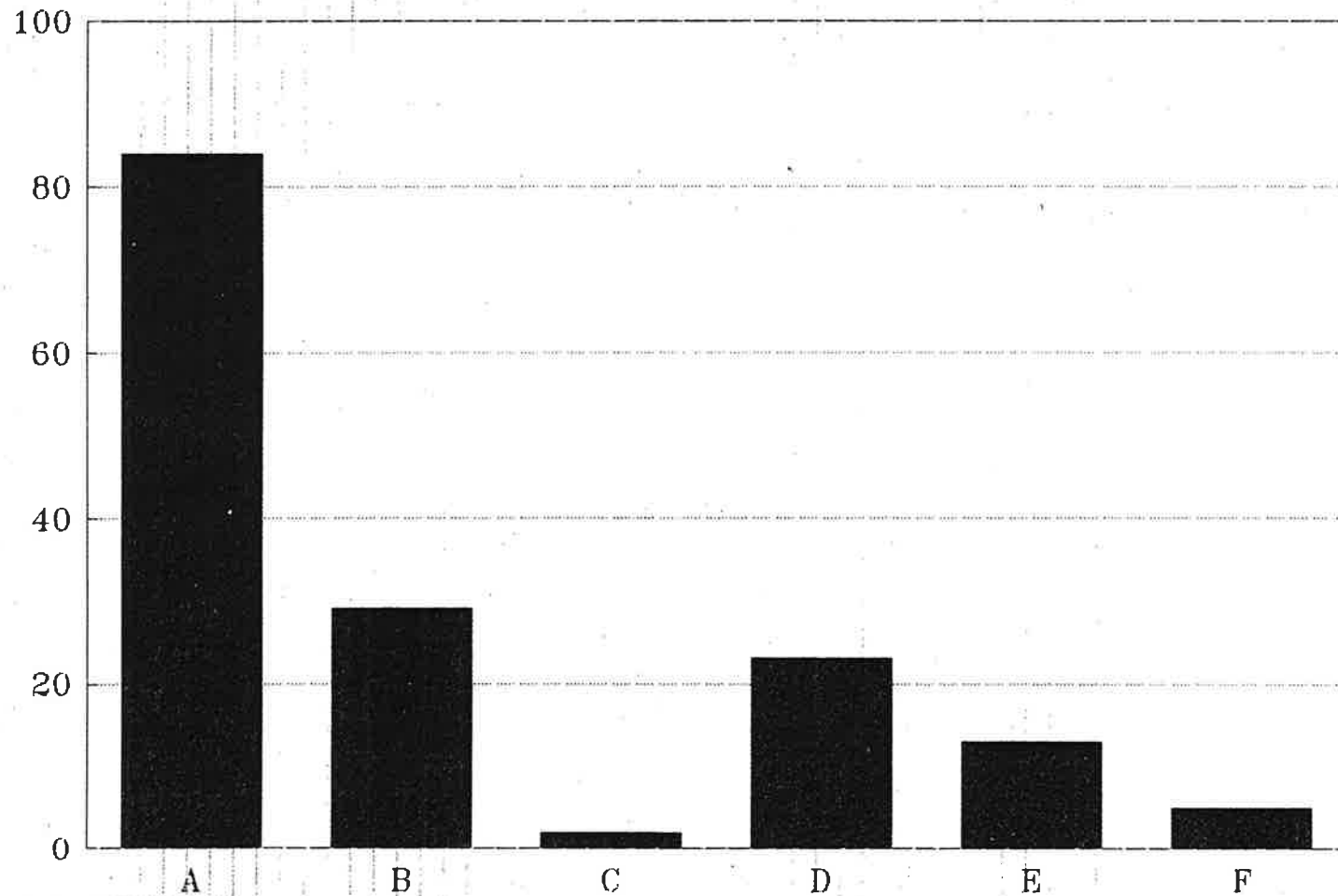
- (8) Entretanto, outras importantes instituições como a Associação Comercial do Porto, a Fundação Eng^o António de Almeida, a Cooperativa Arvore, a Biblioteca Pública Municipal do Porto, os Museus municipais, o Museu Nacional de Soares dos Reis, a Universidade do Porto, o Ateneu Comercial, o Teatro Nacional de Carlos Alberto (e, ainda, os Festivais de teatro, cinema, banda desenhada, etc.), viriam também a contribuir para o "choque" cultural que a Cidade sofreu na década de oitenta. E será preciso não esquecer que novos espaços estão ainda a ressurgir, como o Coliseu (ANIPORTO), o Teatro Rivoli (CMP) ou a antiga Cadeia da Relação (IPPC).
- (9) «Suécia, ontem e hoje» (Janeiro); «AIDE/81» (Abril); «Monumentos históricos da República Federal da Alemanha» (Maio); «Medalhas do Banco Borges & Irmão» (Junho); «Funchal, ontem e hoje» (Novembro).
- (10) É de referir, por exemplo, o apoio dado ao FITEI e aos Festivais de Música do Porto.
- (11) Lembramos o que se disse na nota 4.
- (12) Visto à distância, o percurso seguido foi decisivo para os progressos que o Arquivo Histórico actualmente está a conhecer. Se, por um lado, foi benéfico um certo compasso de espera no tratamento global dos fundos arquivísticos (o que fez dispôr de um período maior de aprendizagem e, por outro lado, permitiu aproveitar melhor os avanços recentes da arquivística portuguesa), por outro lado, os resultados do Arquivo na área cultural serviram de caução para muitas das conquistas (aumento de pessoal, melhoria do equipamento, ampliação das instalações) que entretanto se vieram a produzir. Diremos, mesmo, que foram a chave de um certo sucesso obtido a este nível. A preservação do diálogo e a sensibilização dos órgãos de decisão, parecem indispensáveis ao desenvolvimento. Daí que seja concedido um papel importante ao sector da animação cultural. Sem dúvida é aquele que melhor aproxima o serviço da Comunidade e, acto contínuo, dos responsáveis pela gestão comunitária.
- (13) Não eram aceites exposições com fins comerciais e, na sua generalidade, tendiam a ser mostras retrospectivas ou centradas em temas citadinos, como nos casos das exposições de Os Quatro Vintes, António Cruz, Tito Reboredo, António Fernandes, Pinho ou Mendes da Silva.
- (14) A este respeito, como forma de acompanhar a sensibilização dos serviços para estas questões, citaremos também o apoio dado às Aferições, na edição de um desdobrável com aspectos históricos do serviço municipal e a reprodução de documentos do Arquivo Histórico, assim como de objectos do respectivo núcleo museológico.

- (15) Esta exposição, cujo tema era apaixonante - e que permitiu contactos pessoais e a apresentação de peças de altíssimo interesse - deixou uma marca negativa no Serviço, pela imprevidência de obrigar à organização de uma enorme mostra, num espaço difícil do ponto de vista expositivo (o Pátio das Nações) e apenas com o prazo de dois meses e meio. Os serviços conseguiram pôr de pé a exposição, que, infelizmente não pôde estar aberta mais do que uma semana (!), após a visita da Rainha Isabel II de Inglaterra, por incompatibilidade de calendário da Associação Comercial (Março de 1985). O Poder Executivo de então, ao decidir fazer a exposição no exterior e organizar o jantar de recepção na Casa do Infante, não apenas inverteu a lógica do Serviço como lhe criou duas frentes de trabalho. Dado o escassíssimo pessoal disponível, esta imponderada directiva veio criar uma situação de completa ruptura, da qual o Arquivo só alguns anos mais tarde se conseguiria recompôr definitivamente. Embora manifestando boa vontade, e cumprindo escrupolosamente com as suas obrigações, o Serviço não pôde deixar de fazer sentir os riscos da opção tomada por interferência dos Serviços de Protocolo e sem a devida auscultação do Arquivo Histórico. Este lamentável incidente não diminui, de qualquer maneira, o reconhecimento da importância do acontecimento, mas serve de alerta para os riscos de certas decisões.
- (16) HEREDIA HERRERA, Antónia - Archivistica General Teoria e Practica. Sevilha, Servicio de Publicaciones de la diputacion de Sevilha, 1987, p.379.
- (17) BABELON, J.P. e outros - Les archives et l'animation culturelle in "Manuel d'Archivistique", Paris, S.E.V.P.E.N., 1970, p.692
- (18) Dos artigos do Boletim Cultural são também editadas separatas, reservando-se 50 exemplares para os respectivos autores.
- (19) É ainda de referir a colecção "Corpus Codicum Latinorum et Portugalensium eorum qui in Archivo Municipali Portucalensi asservantur antiquissimorum iussu Curiae Municipalis Editum". Não obstante o interesse desta colecção (de que estão editados seis volumes), ela obedece a um figurino criado no século XIX, que se ajusta com dificuldade às necessidades e exigências actuais. Por isso foi suspensa a sua publicação, até se concretizarem os estudos actualmente em curso, com vista à reforma dos métodos de divulgação dos documentos originais de Arquivo.
- (20) Neste momento, estamos em condições de anunciar o surgimento de uma nova série, de difusão restrita, relativa a "Documentos Técnicos" de uso interno, os quais se integram num plano previamente elaborado do "Manual de Operações" do A.H.M.P..

QUADRO I - ESTATISTICA DAS ACTIVIDADES DE EXTENSAO CULTURAL

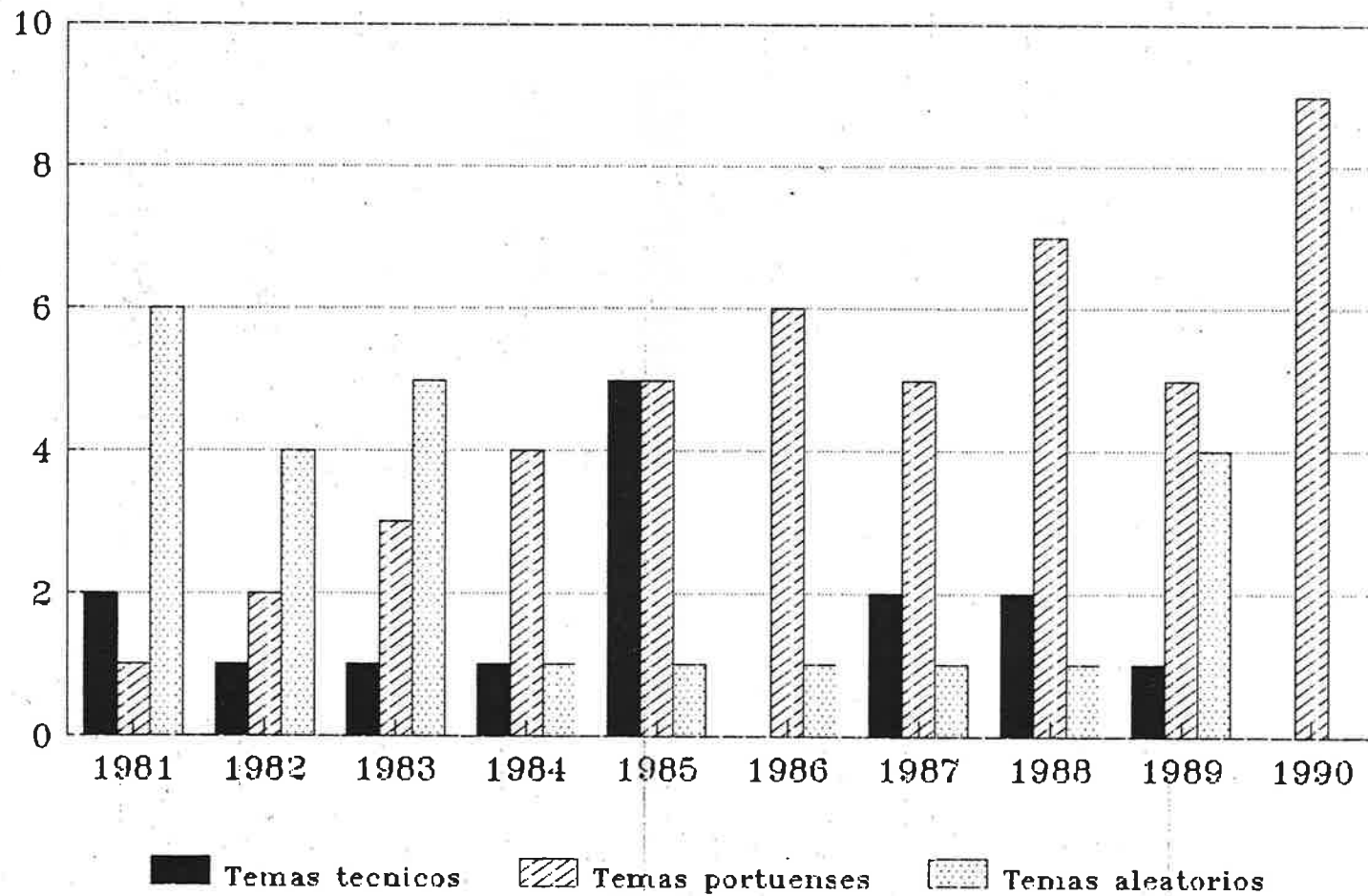
EXTENSAO CULTURAL		1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	Totais		
E X P O S I C O E S	A - Temas técnicos		1	1	1	5		2	2	1		13	84	
	B - Temas portuenses	1	2	3	4	5	6	5	7	5	9	47		
	C - Temas aleatórios	6	4	5	1	1	1	1	1	4		24		
	L O C A L	Casa do Infante	7	7	9	4	9	5	6	7	7	6	67	84
		No exterior (colab.)				2	2	2	2	3	3	3	17	
	T E M O S T U	Originais	1	7	1	1	2	2	2	4	1	3	18	47
		Bibl. e Docum.			2	2	1	1		2		1	9	
		Fotografia				1	1	1	3		4	2	12	
		Pintura		1			1	2		1		3	8	
	C O C N O F L E O R Q	D - Temas técnicos	2	2	1		3	1	1		2		12	29
E - Temas portuenses		1		1	1	1			3			7		
F - Temas aleatórios		2	2	1		2	1		1		1	10		
S E D S I S V O E R S S A S	G - Audiovisuais		2										2	
	H - Espectáculos		4	10	1		3	1	2		2		23	
	I - Protocolares	3	1	2		2			1	1	3		13	
	J - Outras		3				1				1		5	

QUADRO II - INICIATIVAS DE EXTENSAO CULTURAL

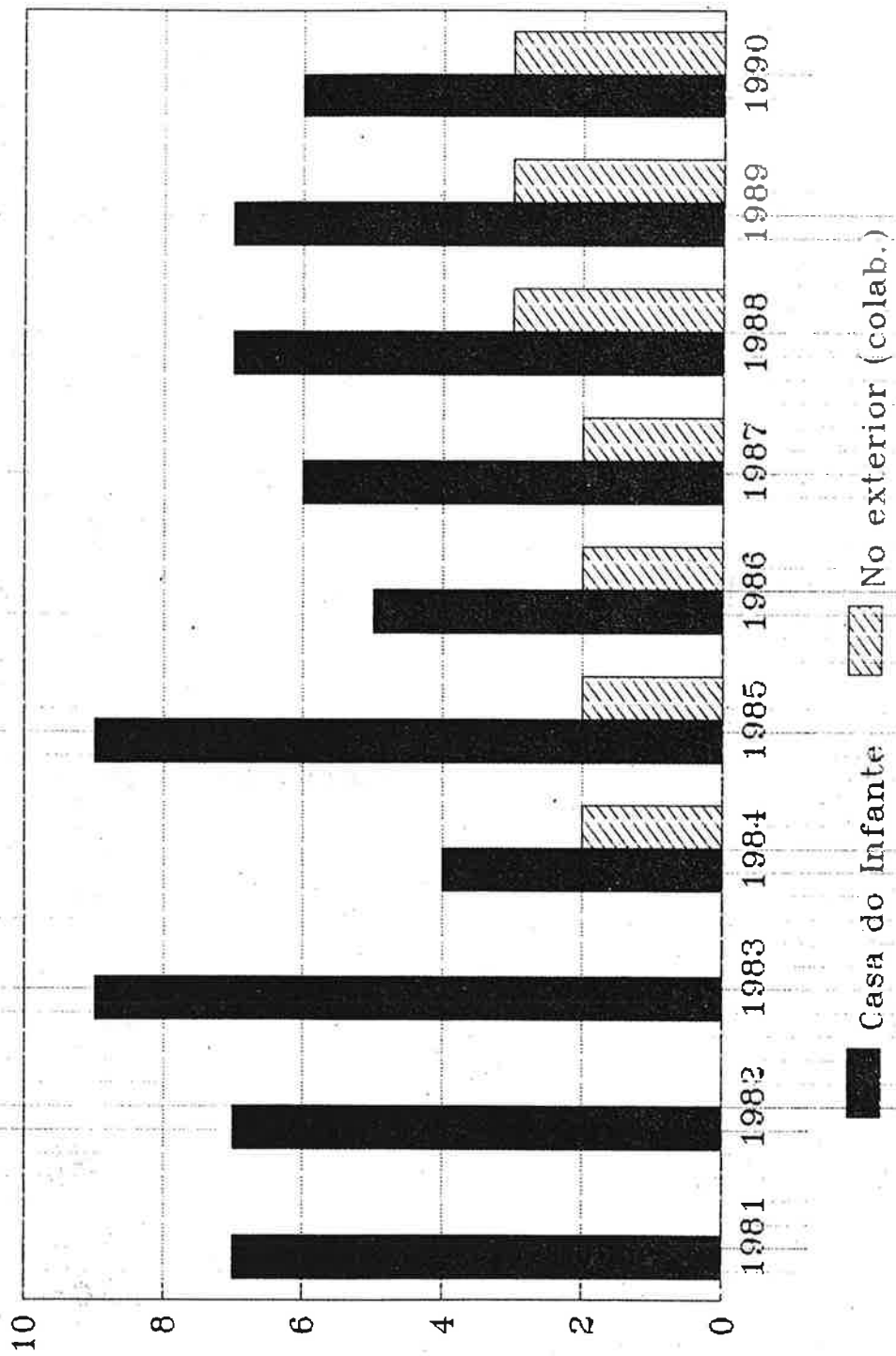


LEGENDA : A - *Exposicoes* C - *Audiovisuais* E - *S. Protocol.*
B - *Confer. e Coloq.* D - *Espectaculos* F - *Outras*

QUADRO III - TEMAS PREDOMINANTES DAS EXPOSICOES

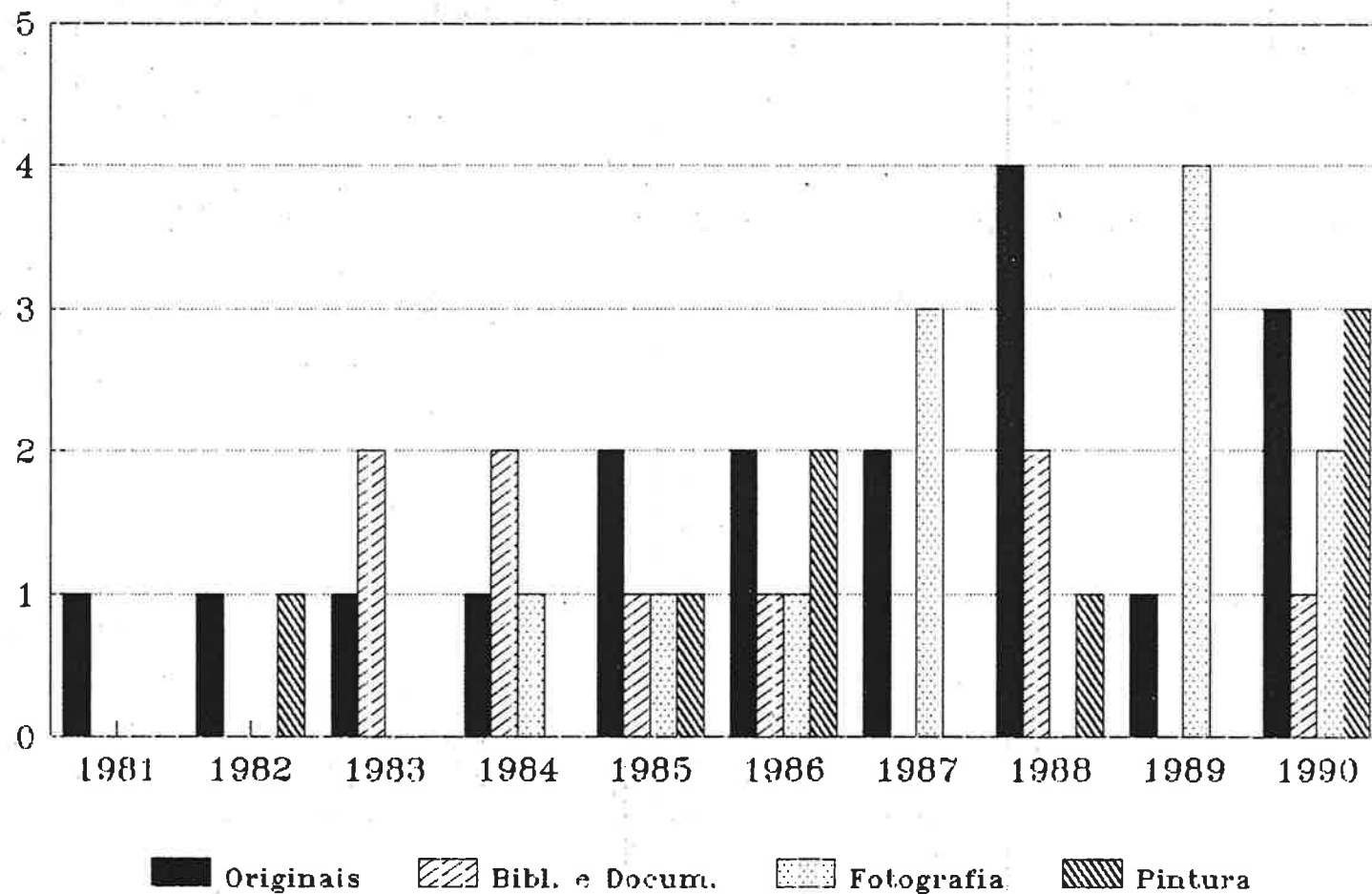


QUADRO IV - LOCALIZACAO DAS EXPOSITOES



QUADRO V - CONTEUDO DAS EXPOSICOES SOBRE TEMAS PORTUENSES

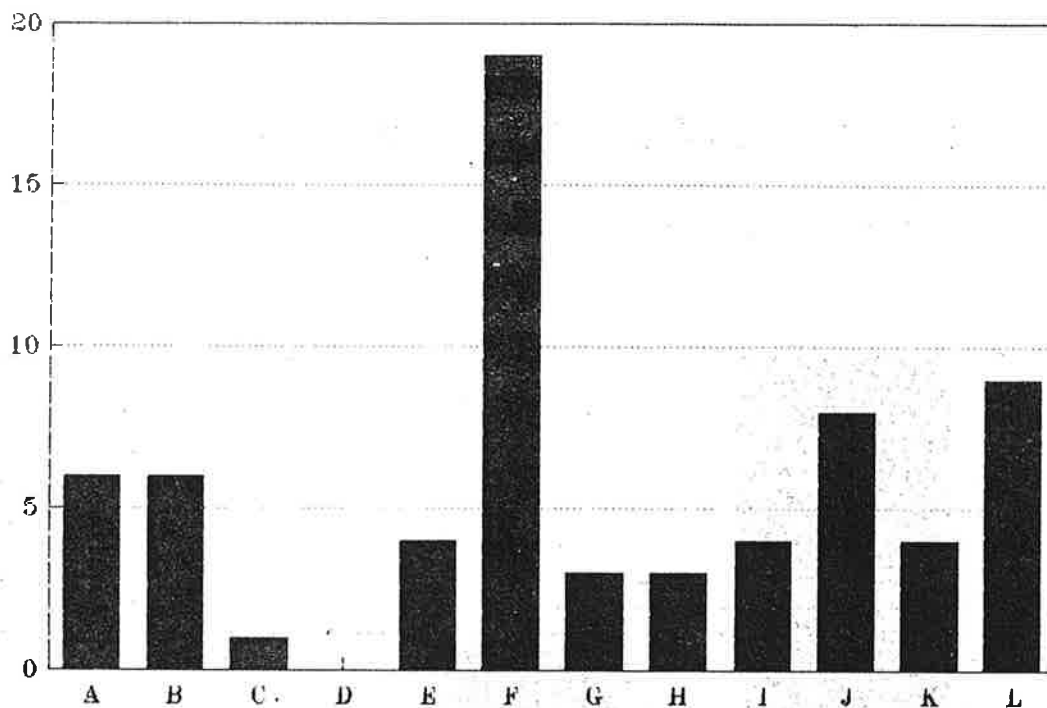
239



QUADRO VI - ESTATISTICA DA ACTIVIDADE EDITORIAL (1981 - 1991)

A	Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto	6
B	Documentos e Memórias para a História do Porto	6
C	Instrumentos de Pesquisa para a História do Porto	1
D	Corpus Codicum ...	-
E	Porto. Projectar a Cidade	4
F	Catálogos e Roteiros de exposições	19
G	Gravuras (incluindo um Album)	3
H	Cartazes	3
I	Colecções de Postais e Diapositivos	4
J	Outras edições	8
K	Reedições	4
L	Colaboração em edições externas	9
Produções próprias		40
Produções em colaboração		18
Colaboração em produções exteriores		9
Total de edições promovidas ou participadas		67

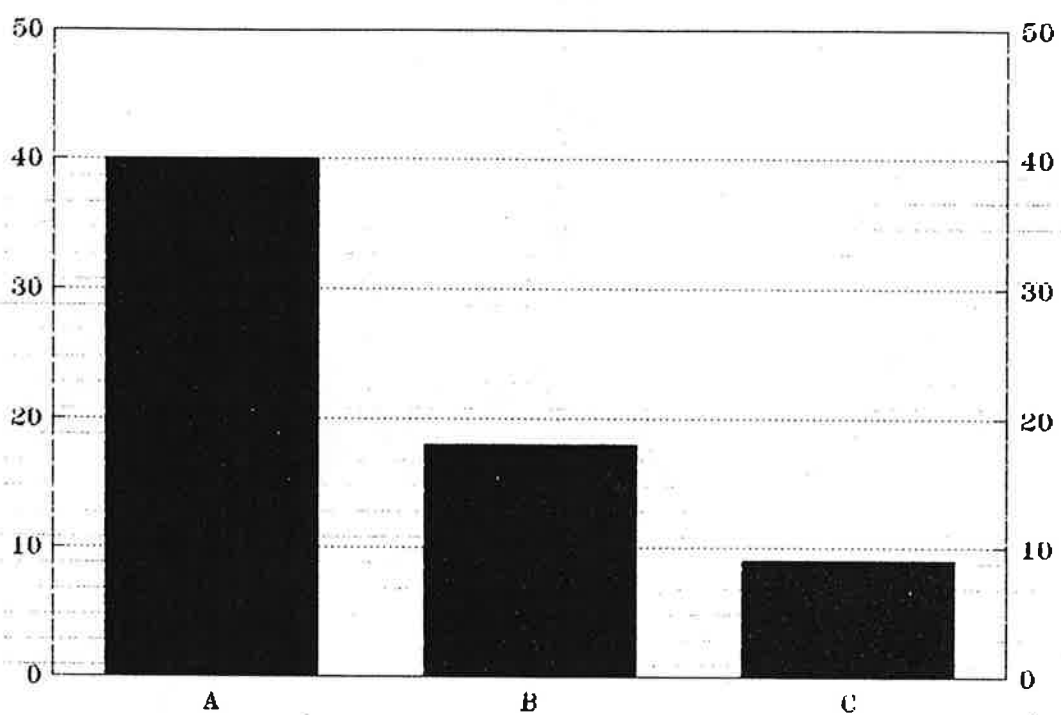
QUADRO VII – ORIENTAÇÃO EDITORIAL



LEGENDA :

- A - Boletim Cultural da C.M.P.
- B - Documentos e Memórias para a História do Porto
- C - Instrumentos de Pesquisa para a História do Porto
- D - Corpus Codicum ...
- E - Coleção «Porto. Projectar a Cidade»
- F - Catálogos e Roteiros de exposições
- G - Gravuras (incluindo um Album)
- H - Cartazes
- I - Coleções de Postais e Diapositivos
- J - Outras Edições
- K - Reedições
- L - Colaboração em Edições Externas

QUADRO VIII – RESPONSABILIDADES EDITORIAIS



Legenda:

A - Produções próprias

B - Produções em colaboração

C - Colaborações em produções exteriores